



## Votos de Ano Novo

Rodolfo Fiorucci [1]

Nesse ano novo desejo a todos conquistas reais e não sonhos impossíveis  
Desejo que a miséria diminua, ainda que seja muito pouco  
Que as pessoas se livrem da grande mídia e leiam poucas coisas, mas boas  
Que o individualismo se torne menos opressivo e a fraternidade lance sua semente  
Desejo que a vida humana valha mais que o bem privado  
Que a dor do outro nos incomode insistentemente  
Que a fome de uma criança seja vista com preocupação, quiçá de todas elas  
Desejo que o preconceito, a ignorância e a arrogância percam fôlego  
Que dinheiro, carros e marcas caras não se transfigurem em felicidade  
Que a desigualdade gritante seja vista como descabro  
Desejo que a injustiça não se torne naturalmente moral  
Que a censura não volte a reinar e que o embate de ideias seja profícuo  
Que programas televisivos de domingo sejam ceifados de nossas vidas  
Desejo que todo ser humano possa se alimentar diariamente  
Que todos possam se aquecer embaixo de um teto, sem abraçar a morte fria  
Que nenhuma ave carniceira se alimente de crianças vivas e inertes pela desnutrição  
Desejo que a ânsia por lucro não permita que africanos sejam cobaias de multinacionais  
Que façamos algo para mudar esse mundo insano, habitado por ilhas humanas  
Que as pessoas não sejam obcecadas por si  
Desejo ação, vontade, discussões, embates, para ao menos um mínimo de transformação  
Desejo, mais que tudo, que votos de ano novo vazios, ufanistas e inócuos evaporem  
Neste novo ano, desejo que não haja felicidade, sorrisos, alegria e paz plenos  
Enquanto todos não puderem sentir um pouco disso tudo  
Afinal, do que vale tanta abstração nos regozijos putrefatos da comilança descontrolada  
Se ainda existir no mundo, pelo menos uma criança que não pode sorrir.

[1] Doutorando em História e docente do IFPR/Jacarezinho



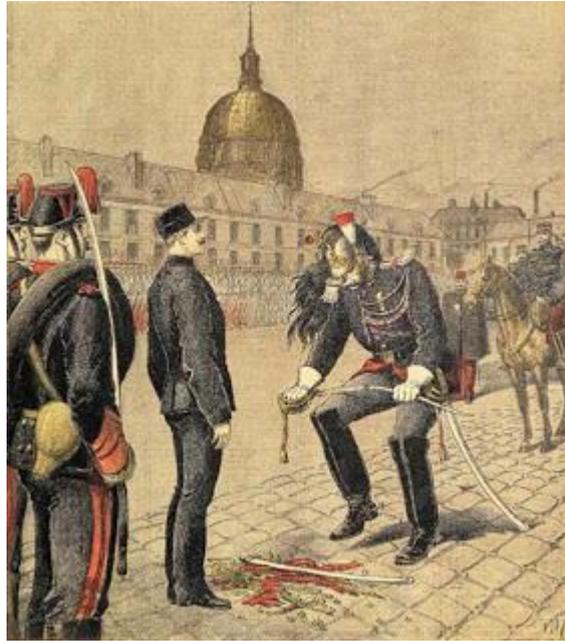
## Alfred Dreyfus: o processo que não deve ser esquecido

Cintia Rufino Franco da Silva\*

No último dia 13 de janeiro completou-se 115 anos da publicação de uma notícia no jornal francês *L'Aurore: J'Accuse...! Lettre au président de la république* (Eu Acuso...! Carta ao presidente da república), do escritor Émile Zola. Essa carta mudou os rumos de um processo judiciário movido pelo exército francês contra um de seus militares, o capitão Alfred Dreyfus. Levou a público as fraudes judiciárias envolvendo o processo Dreyfus e a grande onda de antissemitismo que varria a França em fins do século XIX.

Em 1894, Alfred Dreyfus, oficial judeu do Estado Maior francês, foi acusado e condenado por corte marcial de alta traição: espionagem em favor da Alemanha durante a Guerra Franco-Prussiana, conflito entre a França e Alemanha em que disputavam a região da Alsácia-Lorena. Dreyfus foi condenado a demissão desonrosa, degradação militar e prisão perpétua na Ilha do Diabo, rude povoado onde a França instalou um presídio na costa da América do Sul. O veredicto foi unânime e o julgamento foi realizado a portas fechadas. Sua condenação por traição levantou na França uma onda violenta de antissemitismo, que havia sido despertado pelo escândalo do Panamá e

*“convencera grande parte da população de que os judeus eram responsáveis não só pela chocante corrupção nos altos círculos políticos e financeiros, como também por traírem segredos militares em favor dos odiados alemães, solapando com isso a segurança da nação, que ainda sofria com a recuperação em seguida à derrota que lhe fora infligida pela Prússia em 1870.”* (ARENDDT, 1989)



1. Degradação de Alfred Dreyfus, publicada no jornal parisiense *Le Petit Journal* em 13 de janeiro de 1895.

De todo o volumoso dossiê da acusação, só foi exibido e chamado *bordereau*, que se tratava de uma carta, supostamente escrita por Dreyfus, endereçada ao adido militar alemão, Schwartzkoppen. Durante três anos, o departamento de contra espionagem havia suspeitado de que Schwartzkoppen, tinha no Estado Maior francês, um elemento de ligação que lhe fornecia informações militares secretas. Entretanto, o departamento de contraespionagem estava sofrendo pressões do Estado-Maior para que descobrisse o traidor. O borderô só podia derivar de um oficial de dentro do Estado-Maior Geral, ou de alguém que nele tivesse um parceiro.

Foram examinadas algumas provas que implicavam os adidos militares alemães e italianos. Havia uma mensagem de Schwartzkoppen, dirigida a um auxiliar, que instruía-o o pagar 300 francos ao “homem dos fortes do Mosa” ou a sua progenitora, por outros mapas da fronteira.

*“Havia um memorando que se interceptara, de Schwartzkoppen a seu colega italiano, coronel Panizzardi, adido militar italiano (...) que dizia. “Em anexo encontra-se doze*



*mapas detalhado de Nice que esse salafrário D... deixou comigo para serem-lhe entregues.” (SHIRER, 1969)*

As suspeitas recaíram sobre um funcionário do Instituto Cartográfico chamado Dubois, que tinha mãe viva, o que fez recair mais ainda sobre ele a suspeita de ser o traidor. Após as investigações, nada se pôde provar contra Dubois, pois como simples funcionário, não teria acesso às espécies de informações citadas no borderô.

Como grande parte dos documentos dizia respeito à artilharia, deveria ser um oficial dessa arma e que também soubesse o que se passava em outros ramos das Forças Armadas. Dessa forma o traidor era alguém que havia sido nomeado para qualquer setor do Estado-Maior Geral, mas que trabalhasse temporariamente em todos eles.

*“Assim o coronel Jean Sandherr, chefe da contra-espionagem no segundo Bureau, percorreu a lista dos oficiais que se encontrava em experiência e cujo nome começasse com a letra D. Seus olhos caíram sobre o nome de Dreyfus (...) Era o judeu a cuja designação para exercer funções no Estado-Maior Geral somente ele tivera a providência de opor-se” (SHIRER, 1969)*

A primeira providência tomada foi a de comparar amostra da letra de Dreyfus com a do borderô. Foram chamados peritos que asseguraram a semelhança das letras. Com base apenas nisso, Dreyfus foi preso em 15 de outubro de 1894 sob suspeita de haver cometido alta traição. Depois foi julgado e condenado a prisão perpétua na Ilha do Diabo. “Mas acima de tudo a imprensa francesa (...) sustentava ser evidente a culpa de Dreyfus por ser judeu e porque o ‘judaísmo internacional’ estava conspirando para arruinar a França” (SHIRER, 1969).

No que dizia respeito ao governo, ao exército e ao público em geral, o caso Dreyfus estava encerrado. Entretanto, algumas pessoas acreditavam na inocência de Dreyfus. Até mesmo Georges Picquart estava duvidoso quanto ao caso. Seis meses após



terminado o primeiro julgamento, Picquart foi nomeado chefe da contra-espionagem do *Deuxieme Bureau*.

Entretanto, em março de 1896, mais de um ano depois da degradação de Dreyfus, o serviço secreto francês interceptou uma outra carta do adido militar alemão, em Paris, a um oficial do exército francês. A carta era dirigida ao major conde Ferdinand Walsin-Esterhazy. Picquart se perguntou se seria outro espião e mandou que fosse realizada uma investigação sobre Esterhazy: sua folha de serviço era excelente; mas sua vida particular um pouco divergente. Jogador inveterado, vivia constantemente endividado. Estivera pleiteando um lugar no Serviço Secreto do Estado-Maior Geral e tinha um amigo nesse serviço, o Major Henry, que estivera apoiando a solicitação.

#### Picquart

*“meditando sobre o petit bleu achou que havia qualquer coisa de conhecido na letra. Foi examinar a documentação do caso Dreyfus (...) e destacou o bordereau. Preso de excitação, chamou alguns peritos. Chamou até o Major du Paty (...). Agora, o marquês [du Paty] tinha (...) certeza de que o autor fora Esterhazy (...). Os peritos concordaram com ele.” (SHIRER, 1969).*

Picquart convenceu-se de que Esterhazy era o autor do borderô e, portanto, o oficial que estivera vendendo segredos aos militares alemães. Dreyfus, por conseguinte, deveria ser inocente. Confiou suas conclusões ao general Charles Gonse e instou para que o Exército tomasse a iniciativa de reabrir o processo Dreyfus. No entanto, o general Gonse não desejava comprometer, daquela maneira, o Exército. Então, Picquart foi designado para uma missão, afastando-o até a Tunísia.

*“O que Picquart veio a saber depois foi que o general Gonse ordenara que ele fosse servir na fronteira da Tunísia (...) e de onde, conforme testemunho prestado no tribunal mais tarde, alguns generais esperavam que o perigoso tenente-coronel não pudesse voltar vivo”. (SHIRER, 1969)*



Em 2 de abril de 1894, Picquart escreveu uma carta ao Presidente da República, expondo sua convicção de que Dreyfus era inocente e de que Esterhazy era o traidor, acrescentando que Dreyfus havia sido falsamente incriminado. Não colocou a carta no correio, mas dois meses depois deixou-a com um amigo e advogado, Louis Leblois, com instruções para ser enviada ao Presidente, caso ele, Picquart morresse.

*“Mais tarde, concordou que Leblois divulgasse o caso a certos membros idôneos do parlamento(...). Foi esse ato que acabou enfurecendo os generais e os outros anti-Dreyfusards, e do qual resultou a ignomínia e a prisão de Picquart e a suspensão de Leblois (...) pela Ordem dos Advogados da França” (SHIRER, 1969)*

A verdade viera a público e começara a circular. Auguste Scheurer-Kestner, deu início à batalha pela revisão do processo. Em 16 de novembro de 1897, Mathieu Dreyfus (irmão de Alfred) denunciou publicamente Esterhazy como autor do borderô. “Esterhazy exigiu julgamento por corte marcial, obteve-o e, em 11 de janeiro de 1898 (...) foi unanimemente absolvido. (...) No dia seguinte, o Coronel Picquart – que havia prestado depoimento contra Esterhazy – foi preso (...)”. (SHIRER, 1969)

No dia 13 de janeiro, irrompeu em cena uma carta aberta do escritor Èmile Zola ao Presidente da República, publicada em *L’Aurore* e intitulada *J’Accuse!* (Eu Acuso!). Zola acusou os generais e especialmente Paty de Clam, de haverem, deliberadamente, incriminado Dreyfus de maneira falsa, e o próprio exército de haver ordenado a absolvição de Esterhazy o verdadeiro traidor.



2. Carta aberta de Emile Zola ao presidente da república Felix Faure publicada no jornal *L'Aurore* em 13 de janeiro de 1848

*"Acuso o tenente-coronel Du Paty de Clam de ter sido o obreiro diabólico do êrro judiciário (...) e de ter em seguida defendido sua obra nefasta, durante três anos, pelas maquinações mais absurdas e mais culpáveis; acuso o jornal Mercier de se haver tornado cúmplice (...) de uma das maiores iniquidades do século; acuso o general Billot de Ter tido entre as mãos provas certas da inocência de Dreyfus e de tê-las abafado (...) com um fim político e para salvar o Estado maior comprometido; acuso o general De Boisdeffree e o general Gonse de se terem tornado cúmplices do mesmo crime (...); acuso o general De Pellieux e o comandante Ravary de terem feito um inquérito celerado (...); acuso os três peritos em quirigrafia, drs. Belhomme, Varinard e Couard, de terem feito um relatório mentiroso e fraudulento(...); acuso os funcionários do ministério da guerra de terem sustentado na imprensa (...) uma campanha abominável, para desvairar a opinião pública e encobrir a própria falta; acuso, enfim, o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, condenando um acusado com fundamento em uma peça que se conservou em segredo, e acuso o segundo conselho de guerra ter*



*acobertado essa ilegalidade, para cumprir ordens, cometendo, por sua vez, o crime de absolver conscientemente um culpado". (ZOLA, s/d)*

Encerrou a carta desafiando o governo ou o exército a levá-lo aos tribunais por difamação.

A carta foi publicada na primeira página do jornal L'Aurore, e os 300 000 exemplares impressos se esgotaram rapidamente. Diversos intelectuais assinaram uma petição em favor da revisão do processo, publicada ela também pelo L'Aurore. Entre eles, Anatole France, Georges Courteline, Octave Mirbeau ou Claude Monet, e as assinaturas tendo sido recolhidas por estudantes ou jovens escritores como Marcel Proust.

Anatole France, defendeu abertamente Dreyfus e os judeus. Em sua obra O Anel de Ametista são descritos os manifestos populares, a perseguição daqueles que discordavam da sentença, os bastidores do jornal L'Aurore, etc. Já reconhecia o caso como um "grande erro" e criticava a confiança cega que os franceses tinham em instituições como o exército e o clero. O jornalista judeu Theodor Herzl, que estava em Paris cobrindo o julgamento de Dreyfus para o jornal austro-húngaro Neue Freie Presse, ficou impressionado com a onda de antissemitismo na França. Posteriormente, desenvolveu larga tese acerca da necessidade da criação de um lar para os judeus para findar as perseguições do grupo étnico, culminando na publicação do livro O Estado Judeu, fundando o Sionismo[1] de caráter político.

Assim, o governo e o exército processaram Zola. Seu julgamento durou duas semanas. Foi condenado a um ano de prisão e multa de 3000 francos. Para escapar da prisão, Zola exilou-se na Inglaterra onde aguardou cerca de 11 meses pela revisão do processo Dreyfus. O coronel Picquart havia declarado, no julgamento de Zola, que o principal documento citado pelo Exército contra Dreyfus parecia ter sido forjado. Três dias depois da condenação de Zola, em 26 de fevereiro de 1898, Picquart foi demitido do exército por conduta não condizente com o que devia ter um oficial.

Em 7 de julho de 1898, Godefroy Cavaignac, decidido a por fim à agitação em torno do caso, anunciou que o exército possuía prova irrefutável da culpa de Dreyfus e, pela primeira vez, a tornou pública, lendo aos deputados três documentos que o incriminavam, nos quais os adidos militares alemães e italianos haviam conversado sobre “aquele salafrário D...”, e então o coronel Panizzardi citou Dreyfus como o espião. Cavaignac propôs ao gabinete que os principais defensores de Dreyfus - Scheurer-Kestner, Clemenceau, Zola, Picquart - fossem intimados a comparecer perante o senado, que atuaria como suprema corte, por haverem conspirado contra a segurança do Estado.

Objetivando responder as acusações de Picquart no tocante a falsificação, Cavaignac instruiu o capitão Louis Cuignet, que reexaminasse o dossiê do caso Dreyfus. “O jovem oficial logo descobriu que um dos três [documentos] mencionados no discurso como prova irrefutável da culpabilidade de Dreyfus (...) havia sido forjado, muito provavelmente pelo coronel Henry.” (SHIRER, 1969)

Henry foi chamado por Cavaignac e confessou na presença do chefe do Estado-Maior e do seu representante, que a carta fora forjada. Foi imediatamente preso e, no dia seguinte, encontrado morto em seu catre. O general Boisdefrée, que havia prestado depoimento no tribunal por ocasião do julgamento de Zola, afirmando que o documento era verdadeiro, pediu exoneração de seu posto, admitindo que havia sido ludibriado pelo coronel Henry.

Em 03 de junho de 1899, quarenta e seis juizes anularam a condenação de Dreyfus e ordenaram a realização de um novo julgamento em Rennes, perante um tribunal militar. O marquês du Paty de Clam foi preso; o coronel Picquart foi posto em liberdade e Zola regressou do exílio na Inglaterra.

Acreditava-se que a corte marcial em Rennes o absolveria. O julgamento começou em 7 de agosto de 1899 e durou quatro semanas. Por cinco votos contra dois, julgaram Dreyfus culpado de traição, mas com circunstâncias atenuantes: a pena foi reduzida para dez anos de prisão.



Em 19 de setembro de 1899, quase cinco anos após ser condenado pela primeira vez, Dreyfus saiu da prisão como homem livre.

*“Sete anos depois, em 12 de julho de 1906, as três câmaras da Alta Corte de Apelação, novamente reunidas, anularam o veredito de Rennes. Opinou que não existia prova alguma contra o condenado e que, na verdade, ele fora condenado “por engano e injustamente”, proibindo qualquer novo julgamento”.* (SHIRER, 1969)

Por volta de 1908, nove anos após o perdão e dois anos depois de ter sido inocentado, quando, a pedido de Clemenceau, o corpo de Èmile Zola foi transferido para o Panteão, Alfred Dreyfus foi atacado na rua, ou seja, uma parte da sociedade francesa não acreditou na inocência de Dreyfus.

#### **Notas:**

\*Mestranda em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática pela UFABC. Especialista em História, Sociedade e Cultura pela PUCSP.

[1] Termo adotado ao findar o século XIX etimologicamente originário de Sion, uma das colinas de Jerusalém, pertinente ao movimento nacionalista que objetivava o restabelecimento definitivo de um Estado judaico na Palestina.

#### **Fontes das Imagens:**

1. [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Degradation\\_alfred\\_dreyfus.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Degradation_alfred_dreyfus.jpg)
2. [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b4/J\\_accuse.jpg/220px-J\\_accuse.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b4/J_accuse.jpg/220px-J_accuse.jpg)

#### **Referências:**



ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIRER, William L. *A queda da França: o colapso da Terceira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1969. Vol. I.

ZOLA, Émile. *Acuso! O caso Dreyfus*. Rio de Janeiro: Atlanta, s/d.



## **A participação conjunta entre operários e estudantes nos movimentos contra a carestia de vida: Rio de Janeiro e São Paulo (1956 –1958)**

Por André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos\*

As movimentações sociais contra o aumento do custo de vida atravessaram praticamente todas as décadas de 1940, 1950 e 1960, geralmente envolvendo estudantes e operários que, em movimentos de protesto, acabaram esboçando formas breves de ação conjunta organizada. Em 1946, ocorreu a Campanha Popular Contra a Fome, empenhada em denunciar os comerciantes que especulavam com as mercadorias ou que as vendiam com valor acima do devido. Esse movimento organizou as “Bancas de Queixa”, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, nas quais os populares registravam suas denúncias contra os estabelecimentos comerciais. Essas “bancas” foram bastante enfatizadas pelos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que percorreram bairros da capital paulista e cidades do interior organizando o movimento[1].

Já na década de 1950, os movimentos contra a carestia tiveram forte influência dos sucessivos aumentos das passagens de bonde, ônibus e lotações nos grandes centros urbanos, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, onde as majorações pareceram incidir de maneira significativa no custo de vida. Provavelmente os aumentos no valor das passagens passaram a ser sentidos com mais vigor no contexto do crescimento das cidades, quando o transporte tornou-se essencial para o deslocamento cotidiano e influente na corrosão das rendas familiares. Dessa forma, ocorreram movimentos e greves contra a carestia nos anos de 1951, 1953 e 1959, voltando a ocorrer em 1963, com o Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, em 7 de agosto. Já os movimentos motivados contra o aumento das passagens do transporte público ocorreram com violência em 1956 e 1958[2].

O movimento de 1956 contra o aumento das passagens irrompeu no final do mês de maio, quando os estudantes ligados a União Metropolitana dos Estudantes (UME-RJ) paralisaram as linhas de bonde do Rio de Janeiro. A polícia revidou ao movimento com



violência e o saldo foi de bondes depredados e o confronto entre estudantes e policiais. No decorrer das manifestações, se formou a Diretoria da Campanha Contra o Aumento das Passagens, composta por estudantes, organizações sindicais e parlamentares[3] que, em seguida, se concretizou na União Operário-Estudantil Contra a Carestia; segundo Poerner, essa foi a grande experiência extraída do movimento[4].

A campanha contra a carestia, promovida pelos cariocas, prosseguiu por algum tempo, mantendo os seus comunicados assinados por estudantes e operários, conforme comunicado de 03/07/1956, publicado no jornal *Última Hora*:

Na batalha contra a carestia: frente única de estudantes e trabalhadores. Manifesto da UME ao Povo: “Comunicando o prosseguimento da Campanha contra as majorações – nenhum tostão a mais nas passagens de ônibus e lotações – Hoje, no prédio da UNE (às 20:00 horas) a 1ª. Reunião da Comissão Permanente.”<sup>1</sup>

Na batalha contra a carestia: frente única de estudantes e trabalhadores. Manifesto da UME ao Povo: “Comunicando o prosseguimento da Campanha contra as majorações – nenhum tostão a mais nas passagens de ônibus e lotações – Hoje, no prédio da UNE (às 20:00 horas) a 1ª. Reunião da Comissão Permanente.”[5]

Essa campanha é atribuída a um momento de transição no movimento estudantil, quando setores da UDN e os anticomunistas foram derrotados na UME-RJ, antes de perderem a direção da UNE, pouco depois. No entanto, a entidade nacional também esteve presente nos Comandos Operário-Estudantis, que ampliaram a campanha no mês de julho, passando a uma campanha contra o aumento dos gêneros alimentícios. Essa campanha foi organizada por diretores da UNE, entidades sindicais, movimentos de “donas de casa” e membros da Ação Democrática (AD). Segundo artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, foram formados comandos por estudantes e operários, que percorreram feiras e mercados contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade e circularam em filas nos pontos de ônibus convocando os populares para engrossar o movimento. Logo em seguida, foram formadas comissões nos bairros contra os aumentos de modo geral e de propaganda, encarregadas de fixar cartazes da campanha pela cidade.

<sup>1</sup> *Última Hora*, 03/07/1956, p. 04.



Ao mesmo tempo, os estudantes paulistas também se manifestaram contra o valor das passagens de ônibus, ocorrendo, assim como no Rio de Janeiro, enfrentamentos entre estudantes e policiais. As passeatas começaram a partir do dia 4 de junho[6], com cerca de 200 estudantes secundários, contra o aumento de passagens da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), depois se expandiu, tornando-se um movimento liderado predominantemente por estudantes universitários e trabalhadores. Durante toda a existência do movimento, suas ações se revezaram entre passeatas, manifestações na Assembleia Legislativa, o enterro simbólico do prefeito municipal, Wladimir de Toledo Pizza, e o que foi o mote central dos manifestantes, um abaixo assinado distribuído na capital paulista contra o aumento e que foi bastante apoiado pelo jornal *Folha da Noite*, conforme matéria abaixo:

Os estudantes e trabalhadores unidos na luta contra o aumento de tarifas da CMTC estão organizando um grande abaixo-assinado que será entregue à Câmara Municipal no dia em que deve ser apreciado o “Veto Pisa” (veto do prefeito ao projeto que reduz o aumento das passagens da CMTC).

O povo da capital deve, por essa manifestação ordeira fazer sentir à Câmara e ao próprio prefeito o seu repúdio à elevação das passagens de bonde e ônibus. A cooperação popular é indispensável para que ainda hoje, em cada local de trabalho, em cada escritório, em cada fábrica, em cada repartição, sejam organizadas listas de assinaturas de paulistanos solicitando à Câmara a rejeição do veto. Essas listas, uma vez assinadas, poderão ser entregues às bancas que os trabalhadores e estudantes colocaram nos principais pontos da cidade, e fim de receber adesões populares a seu movimento pela redução das tarifas da CMTC.

Nas referidas bancas também serão encontradas listas de adesões, à disposição dos paulistanos que concordam com a necessidade de redução do preço das passagens a um nível razoável, que o povo possa pagar sem sacrifícios insuportáveis.

Mobilizem-se os paulistanos, reunamos dezenas de milhares de adesões, para que os vereadores ainda indecisos se convençam finalmente de que o povo deseja a redução das tarifas. Apoiar o abaixo-assinado dos estudantes e trabalhadores é dever de todos os paulistanos.<sup>2</sup>

Os estudantes e trabalhadores unidos na luta contra o aumento de tarifas da CMTC estão organizando um grande abaixo-assinado que será entregue à Câmara Municipal no dia em que deve ser apreciado o “Veto Pisa” (veto do prefeito ao projeto que reduz o aumento das passagens da CMTC).

<sup>2</sup> Apelo ao povo da capital, *Folha da Noite*, 22/06/1956, capa.



O povo da capital deve, por essa manifestação ordeira fazer sentir à Câmara e ao próprio prefeito o seu repúdio à elevação das passagens de bonde e ônibus. A cooperação popular é indispensável para que ainda hoje, em cada local de trabalho, em cada escritório, em cada fábrica, em cada repartição, sejam organizadas listas de assinaturas de paulistanos solicitando à Câmara a rejeição do veto. Essas listas, uma vez assinadas, poderão ser entregues às bancas que os trabalhadores e estudantes colocaram nos principais pontos da cidade, e fim de receber adesões populares a seu movimento pela redução das tarifas da CMTC.

Nas referidas bancas também serão encontradas listas de adesões, à disposição dos paulistanos que concordam com a necessidade de redução do preço das passagens a um nível razoável, que o povo possa pagar sem sacrifícios insuportáveis.

Mobilizem-se os paulistanos, reunamos dezenas de milhares de adesões, para que os vereadores ainda indecisos se convençam finalmente de que o povo deseja a redução das tarifas. Apoiar o abaixo-assinado dos estudantes e trabalhadores é dever de todos os paulistanos.[7]

Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo esse movimento também perdurou por certo período, pelo menos até meados do mês seguinte, promovendo mobilizações unificadas entre os estudantes e organizações sindicais, principalmente em concentrações defronte à Assembleia Legislativa do Estado[8].

Já em 1958, dois anos após as manifestações de 1956, em São Paulo, as ruas foram novamente tomadas pelas manifestações contra o aumento das passagens da CMTC, mas dessa vez de forma bastante violenta.

Os tumultos começaram na manhã de 30 de outubro. A população de São Paulo não sabia do aumento nas tarifas e tomaram conhecimento apenas nas primeiras horas do dia, quando embarcavam nas paradas. A reação inicial foi um comício estudantil contra “a nova sangria no bolso do povo”[9], realizado na Praça Ramos de Azevedo; depois começaram as depredações de ônibus por toda a cidade, envolvendo populares e estudantes que saíam das escolas. A partir do final da tarde, no momento de maior concentração nas paradas e pontos finais, os tumultos mais graves ocorreram com

mortes e dezenas de feridos, espalhando-se pela Praça Ramos de Azevedo, Praça da Sé e na Praça Clóvis Beviláqua.



Figura 3 Estudantes e populares atacando um bonde, na região central de São Paulo. Fonte: *Jornal do Brasil*, 31/10/1958, p 01.

Segundo o saldo apresentado pela CMTC e pela Força Pública, cerca de 60 ônibus, 50 trólebus e 2 bondes sofreram avarias ou foram completamente perdidos. Duas garagens da CMTC também foram apedrejadas. Havia todo tipo de danos, apedrejamento, incêndio, bancos arrancados, vidros quebrados, entre outras, e uma estimativa de prejuízos em 10 milhões de cruzeiros. Entre os populares, motoristas de ônibus, policiais e cobradores, somava-se cerca de 83 feridos, alguns baleados em estado grave e 4 mortos, número que certamente subiu, já que os estudantes passaram a divulgar 7 mortos nos próximos dias[10].



No decorrer dos acontecimentos, a organização das manifestações passou a ser liderada pelos estudantes da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), pela União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES), pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI), professores do ensino primário, os quais se dispuseram a decretar greve contra o aumento, parlamentares e membros da Casa Nacionalista. Durante os protestos, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco chegaram a invadir a prefeitura, pedindo a renúncia do prefeito municipal, Adhemar de Barros, e parte significativa das ruas centrais de São Paulo foram fechadas por estudantes de diversas faculdades. Por fim, o movimento resistiu por mais alguns dias, terminando com a nomeação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a administração interna da CMTC e propor reformas administrativas.

O que chama a atenção nos protestos de 1958, no entanto, é a aparente reordenação dos estudantes em relação às entidades sindicais, que aparentam ser menos eventuais que em outros acontecimentos similares, como os de 1956. Por um lado, porque é público na defesa da aproximação entre trabalhadores e estudantes, como expresso em comunicado pelo DCE da Universidade Mackenzie, ao afirmar a “necessidade de estrita relação entre estudantes e operários nas reivindicações que dizem respeito a interesses comuns”[11]. Por outro, porque se verificam, durante todo o ano de 1958, alterações nas atividades estudantis, pelo menos no Estado de São Paulo[12].

Uma dessas alterações é que a aproximação estudantil das reivindicações de outros segmentos sociais passa a ser mais constante, como as participações estudantis nas assembleias que discutiram reivindicações salariais dos professores do ensino primário e do ensino técnico em outubro do ano em questão. No mesmo mês, os estudantes também participaram da passeata da greve dos operários de Perus, também em São Paulo. Em consonância com essa aparente aproximação das entidades sindicais, as reuniões estudantis passaram a ocupar, com bastante intensidade, as sedes dos sindicatos, como as reuniões da UEE-SP na sede do Sindicato dos Metalúrgicos e da UPES, na sede do Sindicato dos Bancários. Em segundo, e um indicativo mais



contundente das mudanças políticas que se operavam no interior das entidades estudantis, foi o surgimento de denúncias contra o caráter comunista dos congressos estudantis em alguns Estados, entre eles, São Paulo.[13] Já no decorrer do ano de 1959, é possível encontrar outros indícios de que as relações operário-estudantis mantiveram um caráter menos eventual, como no apoio do PUI à greve dos estudantes secundários em julho desse ano, o que demonstra alguma reciprocidade entre estudantes e operários, tendo como objetivo comum, reivindicações sociais.

### **Fontes**

*A Notícia*

*Folha da Manhã*

*Folha da Noite*

*O Estado de S. Paulo*

*Última Hora*

BAGDOCIMO, Ernesto (1946), “Entrevista”, *Tribuna Popular*, 02/10, p. 04.

BASTOS, Humberto (1945), “O problema do custo de vida”, *Diário Carioca*, 31/07, p. 03.

### **Bibliografia**

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, 4<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995.



---

\* Mestrando pelo PPGH da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”,  
Campus de Assis/SP. Bolsista Capes. E-mail: alrrmattos@gmail.com

[1] *A Notícia*, 17/9/1946, p.04; GOHN (2001).

[2] Idem.

[3] *Última Hora*, 31/05/1956 a 05/06/1956; *Folha da Noite*, 04/06/1956.

[4] POERNER (1995), p. 173.

[5] *Última Hora*, 03/07/1956, p. 04.

[6] *Folha da Noite*, 05/06/1956, p. 06.

[7] Apelo ao povo da capital, *Folha da Noite*, 22/06/1956, capa.

[8] Idem, 05/07/1956, capa; p. 02.

[9] *Folha da Manhã*, 31/10/1958, capa.

[10] Ibid, 31/10/1958 a 10/11/1958.

[11] Os estudantes da Universidade Mackenzie também alertavam para os interesses individuais e político-partidários de pessoas que poderiam querer utilizar o movimento para fins próprios.

[12] Idem.

[13] *Folha da Manhã*, 08/05/1958, p. 2.

## Replay: Os Velhos Brucutus de Volta a Ação

Daniel Gomes



Os Velhos e Novos Brucutus juntos

Muitas vezes **Hollywood** nos apresenta um novo rosto que vai ser a sua face durante algum tempo – em média cinco anos -, onde este ator bombará em diversos filmes, fará shows, entrevistas e será considerado o rei da cocada preta até que ele cai num marasmo fora do comum e é assim que Hollywood funciona.

As ondas de sempre ter uma carne fresca para ser mostrada na tela do cinema, faz, muitas vezes, com que astros que mostram a que vieram caíam no esquecimento e se tornam simplesmente pessoas conhecidas pelo grande público por conta de alguns filmes que ele fez ao longo de sua carreira, muitas vezes curta e vez ou outra alguém comenta a respeito.

Mas não viemos analisar os casos destes atores e atrizes que caem no esquecimento, mas sim daqueles velhos brucutus que pareciam ter sumido no final de **1990** e início de **2000** e eles estavam fadados ao completo esquecimento, mas, não, eles voltaram com força total em meados de **2005** em diante.

Quanto mais **Hollywood** tenta se desvencilhar de seus velhos paradigmas, e não consegue, com os seus eternos remakes e uso contínuo de franquias que poderiam estar



mortas, pois é isto que traz grana, tutu, dinheiro para o bolso dos produtores, mais eles tentam resgatar velhas carreiras que estavam a tempos esquecidas. Um grande exemplo disso é a volta de **Bruce Willis** para os filmes de ação, como foi o caso de **Duro de Matar 4.0**. Uma franquia que já estava bem esquecida, mas voltou com tudo, com a ação devida, mas bem fraca se comparado com os dois primeiros filmes da série.

Tá bem, tá certo, **Bruce Willis** não estava tão esquecido assim, mas ele não estava no seu auge desde o **Sexto Sentido** e tão pouco era visado para fazer filmes de ação, mas então vieram **Sin City**, **Xeque-Mate** e **Duro de Matar 4.0**. e então ele estava de volta para fazer filmes de sucesso, **Os Substitutos**, **Os Mercenários** e **RED** e estes dois últimos são um exemplo que os velhos brucutus ainda poderiam render uma boa grana.

**Sylvester Stallone**, **Dolph Lundgren**, **Mickey Rourke** mostraram em **Os Mercenários** que eles ainda tinham muito folego a dar e aparecer num filme completamente descerebrado onde explosão, tapas na cara, chutes na porta e um sorriso bastardo no rosto fez com que todos ficassem visados novamente. A sequência, **os Mercenários 2**, ainda trouxe **Bruce Willis** e **Arnold Schwarzenegger**, **Chuck Norris** e **Jean-Claude Van Dame**, onde **Arnold** veio a fazer um filme que não anda muito bem nas pernas neste início de **2013**.

**RED**, com **Bruce Willis**, trouxe **John Malkovich** e **Helen Mirren**, dois atores de renome que não são conhecidos muito em atuação em filmes de ação. E o atual telespectador dos filmes Americanos podem esperar várias continuações com estes atores agora em **2013**, como **RED 2**, **Duro de Matar 5** e tantos outros que vão aparecer por aí.

Estes poucos exemplos demonstram como **Hollywood** consegue retirar tudo o quanto é possível de seus atores, mesmo que alguns projetos não sejam tão bons quanto aquilo que gostaríamos, mas, alguns outros, temos agradáveis surpresas, ou quem é que poderia esperar que **Ian Mckellen** iria fazer um **Magneto** tão bom? Ou que **Robert Downey Jr.** Seria o **Tony Stark** depois de anos e anos apago da mídia?

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 12  
JAN/2013

Creio que não importa a idade do ator ou da atriz, mas sim da sua qualidade única e imensurável de trazer a diversão até nós, meros telespectadores de suas atuações maravilhosas no cinema.

Que venham os novos brucutus trabalharem com os **velhos brucutus** e nos dar aquilo que mais queremos, a diversão cinematográfica enquanto comemos pipoca e bebemos refrigerante na sala de cinema.



## **O poder está com quem? Novamente e sempre com a mídia.**

Cairane Barros

A mídia está cada vez mais presente no cotidiano de todos, tanto de pessoas já conhecidas (famosas), quanto simples cidadãos que só acompanham/assistem ou fazem de tudo para sair do anonimato. Há mais de uma década, o papel da mídia vem se tornando de fato visível, inegável e persuasivo. O poder desta é tão grande que exprime interpretações pelo ato de designação de acontecimentos e tudo que se relaciona a eles. Algo interessante é que, segundo o autor nomes são “etiquetas” identificadoras de objetos, sendo assim indo além da semântica dos nomes.

No momento que um “objeto” é nomeado, tal não é mais único, afinal o ato da designação é dar atributo, o que é extremamente intrigante, pois se parar para analisar é como se o “nome” carregasse consigo determinadas características que serão de posse para o objeto designado. Um exemplo é dizer que fulano será coordenador de uma escola, assim, já está inserido nesse nome (coordenador), aspectos como: responsabilidade, confiabilidade, ação de coordenar conflitos, etc. Dessa maneira, torna-se ainda mais importante o cuidado com a escolha da palavra. Sabe-se que toda notícia começa com o ato de designação, mas se não existe o cuidado da escolha do nome juntamente com a força de influência da mídia, o alvo pode se tornar algo que não é. Segundo o autor, quem tem a mídia a seu lado tem o direito de escolher termos e pode até determinar quem vai desempenhar o papel de mocinho ou bandido.

Enfim, é necessário ter consciência que atualmente tudo gira ao redor da mídia, pessoas estão a todo tempo fazendo coisas para aparecer nos principais jornais, revistas e ter o que se chama de, seus trinta segundos de fama, recebendo uma designação real ou não, pois infelizmente o que interessa é ter o “nome” (seja próprio ou algum denominado/determinado pela mídia) estampado para o mundo.



## O toque

Sueli Martins

Sábado às oito e vinte da manhã toca a campainha, Lorena abre à porta, não vê ninguém. Está tudo calmo sem nenhum acontecimento diferente do habitual. Fecha a porta e retorna ao quarto, continua os seus afazeres, quando ouve novamente o som da campainha. Assustada ela volta até a porta e, vagorosamente observa pelo olho mágico, mas não têm ninguém.

Lorena corre para um dos quartos da casa, então se depara com um dos espelhos que havia no quarto nada de estranho havia acontecido, poderia até estar imaginando coisas. Deita na cama, sonolenta por causa dos sustos, dos truques na sua mente, se é que estava imaginando coisas. O celular toca, Lorena atende, não antes de deixá-lo tocar umas três, quatro vezes, com receio, e, sem perguntar nada, ouve uma voz dizendo “Força”.

De repente, ouve a vizinha que se mudou recentemente para o condomínio gritar socorro. Quando sai para olhar, há um estranho no corredor do prédio. Lorena ao ouvir isso, tranca a porta e corre para o quarto ficando paralisada, com medo, com algo ruim lhe subindo a espinha. Minutos depois sai para ver o que está acontecendo e diz:

- Tocaram minha campainha duas vezes, porém não vi nada.

A vizinha diz:

- Tocaram a minha também e eu vi um senhor todo ensanguentado pedindo ajuda e ele estava na sua porta.

Lorena pergunta como era esse homem e a vizinha do apartamento 204, responde:

- Era alto, magro, pálido, cabelos grisalhos, um rosto sofrido, aparentando ter uns 50 anos de idade.

Lorena ao ouvir essas características solta um grito ensurdecido, não pode ser, não pode ter essas características físicas, devem ser outras, mas essas não.

Estarrecida, Lorena diz:

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 12  
JAN/2013

- Você se enganou vizinha Amália. Este homem é meu cônjuge, saiu para trabalhar a pouco, nem deu tempo de chegar ao serviço.